

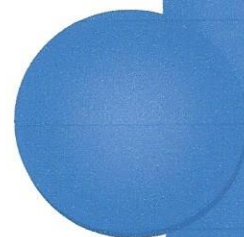


CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho



Relatório e Contas da Direção 2017

Relatório do Conselho Fiscal





No âmbito da adequação do acolhimento residencial às reais necessidades das jovens, foi apresentada uma candidatura ao Prémio BPI Solidário 2017, no qual se apresentou o projeto CAF- Residência Autónoma.

Por outro lado, graças a um Protocolo de cedência assinado com o Município também em 2017, esperamos ter brevemente em funcionamento a resposta social de Apartamento de Autonomia.

Missão, Visão, Valores e Política da Qualidade do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho:

Missão:

Responder às necessidades das crianças, jovens e suas famílias, contribuindo para a construção de um projeto de vida sustentado, como membros de uma Sociedade que se pretende sadia e inovadora.

Visão:

A nossa Casa pretende ser parte integrante do percurso de cada criança/jovem, favorecendo e dinamizando atividades com objetivos firmes de promoção e proteção, numa intervenção multidisciplinar qualitativa e continuada.

Valores:

A nossa casa assenta os seus valores em quatro pilares, promovendo:

- Um serviço de qualidade com responsabilidade social;
- A satisfação dos utentes diretos e indiretos;
- Espírito de entre ajuda e respeito pelo outro;
- Equidade e sentido de justiça.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 1 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	---	---



Política da Qualidade:

A atuação do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho rege-se pela integridade, qualidade e profissionalismo de quem trabalha diariamente com o objetivo de responder de forma eficaz às necessidades dos seus clientes. Assim, a Direção da Instituição estabeleceu a sua Política da Qualidade com os seguintes princípios orientadores:

1-Garantir a satisfação plena dos nossos Clientes, através dos serviços prestados, cumprindo os requisitos exigidos nos Modelos da Qualidade da Segurança Social, bem como outros requisitos legais aplicáveis.

2-Proporcionar aos nossos colaboradores um ambiente de trabalho acolhedor e motivador, disponibilizando meios e recursos, bem como formação necessária ao bom desempenho das suas funções.

3-Apostar na melhoria contínua da qualidade e organização como objetivo permanente, otimizando recursos e processos de forma a obter vantagens acrescidas para os nossos clientes e para a comunidade.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 2 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	---	---



Das atividades desenvolvidas ao longo de 2017, com envolvimento direto da Direção do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, destacamos:

- Ao longo do ano, a Instituição fez-se representar na CLASOA, no Núcleo Executivo da Rede Social e na CPCJ.
- Participação no Projeto Educativo Municipal, promovido pela Divisão de Educação do Município de Oliveira de Azeméis.
- Manutenção do Protocolo de Cooperação com Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no âmbito da Implementação da Componente de Apoio à Família em escolas do concelho.
- Manutenção da prestação de serviços da empresa CAMBRAVIDA no âmbito da Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho.
- Recebemos o Prémio BPI Solidário.
- Adesão à Entrajuda (Instituição cuja vocação é o apoio material, jurídico e formativo a outras IPSS).
- Foi contratualizada a aquisição de uma carrinha de 9 lugares para substituir uma já existente em fim de vida útil para transporte de crianças.
- Como habitualmente, em julho, foi celebrada a Festa do Porco com bastante êxito.
- Em setembro, recebemos novamente a Bandeira Verde das Eco-Escolas, em reconhecimento do bom trabalho desenvolvido no ano letivo 2016/2017.
- Quanto ao processo com a PMELINK, respeitante à questão dos Painéis Solares, aguardamos o desenrolar do recurso para o Tribunal da Relação.

Creche / Pré-Escolar / CATL:

- Habitual participação das crianças da Creche e Pré-escolar no Corso de Carnaval promovido pela Divisão de Educação da Câmara Municipal.
- Igualmente a festa de encerramento do ano letivo foi um êxito, com grande envolvimento das crianças, pais e equipas pedagógicas.
- O Dia Nacional do Pijama foi comemorado, mais uma vez, por estas respostas sociais.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 3 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	---	---



- A festa de Natal aconteceu no Cine Teatro Caracas, este ano com o tema “ A Menina dos Fósforos ”.
- Os relatórios das Atividades desenvolvidas por estas respostas sociais encontram-se disponíveis para consulta.

CAT / LIJ:

- À semelhança dos anos anteriores, o Rotary Club de Oliveira de Azeméis, em conjunto com empresas, patrocinou duas Bolsas de Estudo a jovens acolhidas.
- A supervisão técnica às equipas de CAT e LIJ têm sido uma mais-valia para o seu desempenho, bem como as formações feitas ao longo do ano.
- Os relatórios das Atividades desenvolvidas por estas respostas sociais encontram-se disponíveis para consulta.
- Protocolo com a Escola de Voleibol do Benfica de Oliveira de Azeméis que permitiu a jovens acolhidas a frequência desta modalidade.

CAFAP:

- Ao longo do ano de 2017 foram acompanhadas, em média, 39 famílias/mês.
- A equipa beneficiou igualmente de supervisão técnica, que se revelou muito positiva para o desempenho da mesma.
- Os relatórios das Atividades desenvolvidas por esta resposta social encontram-se disponível para consulta.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 4 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	--	---



Formação aos funcionários da Instituição:

Interna:

- Acolhimento Residencial e a relação com a Escola.

Externa:

- Workshop Inteligência Emocional.
- Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar.
- Acolhimento residencial de Crianças e Jovens.
- Um novo olhar sobre a Delinquência Juvenil.
- Matriz do Acolhimento Residencial.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 5 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	--	---



Análise Financeira:

O ano saldou-se por um resultado líquido positivo de 15.589,18€ (quinze mil, quinhentos e oitenta e nove Euros e dezoito cêntimos) valor que, no ano de 2018, deverá passar para Resultados Transitados.

De realçar o facto de o projeto CAF- Residência Autónoma ter sido reconhecido pelo júri BPI- Solidário que comparticipou para o mesmo 25.000€. As obras de reconversão do espaço e do equipamento encontram-se na fase final, estando para muito breve a inauguração do mesmo.

Além disso, igualmente no ano de 2017, e por força do Contrato Coletivo de Trabalho, houve um aumento salarial. Não obstante, uma melhor gestão de fornecedores resultou numa diminuição dos CMVMC (custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas) assim como uma diminuição dos Custos com os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que permitiu os valores apurados.

A Instituição foi novamente contemplada pela consignação fiscal de 0,5% do IRS.

As respostas sociais de Creche, Pré-Escolar e CATL trabalharam com a lotação máxima, mantendo-se crianças em lista de espera. Já no que respeita às respostas sociais de acolhimento de menores, a taxa de ocupação atingiu os 100%.

Agradecimentos:

A Direção do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho agradece a todos os colaboradores pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Agradece também a todos os beneméritos e associados que, ao longo do ano, se lembraram da nossa Instituição.

Elaborado: 	Aprovado: 	Página 6 de 6 Revisão: 1 09/03/2018
---	---	---

CENTRO DE APOIO FAMILIAR PINTO DE CARVALHO
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	1.102.802,42	1.228.142,45
Investimentos financeiros	3/9.2	1.194,23	1.367,93
		1.103.996,65	1.229.510,38
Ativo corrente			
Inventários	3/6	3.550,13	4.919,10
Créditos a receber	3/9.1	1.497,50	935,50
Estado e outros entes públicos	3/9.1	2.520,26	2.211,69
Diferimentos	3/9.1	7.467,41	6.358,50
Outros ativos correntes	3/9.1	653,32	106,39
Caixa e depósitos bancários	4/9.1	365.694,83	309.541,01
		381.383,45	324.072,19
Total do Ativo		1.485.380,10	1.553.582,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3/9.3	129.017,90	129.017,90
Resultados transitados	3/9.3	196.895,81	205.606,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3/9.3	937.590,65	1.020.872,00
		1.263.504,36	1.355.496,05
Resultado líquido do período		15.589,18	-8.710,34
Total dos fundos patrimoniais		1.279.093,54	1.346.785,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3/9.1		6.997,40
Estado e outros entes públicos	3/9.1	48.889,67	48.096,67
Outros passivos correntes	3/9.1	157.396,89	151.702,79
		206.286,56	206.796,86
		206.286,56	206.796,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.485.380,10	1.553.582,57

Oliveira de Azeméis, 9 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

MARIA VIRGÍNIA RESENDE ROSÁRIO

A Direção

CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

João Luís Ferreira do Alentejo
José Manuel de Castro Pinto
José Manuel de Castro Pinto
Oscar de Almeida

CENTRO DE APOIO FAMILIAR PINTO DE CARVALHO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		245.891,72	238.144,28
Pagamento a fornecedores		-322.776,33	-443.360,65
Pagamentos ao pessoal		-871.622,96	-717.399,17
Caixa gerada pelas operações		-948.507,57	-922.615,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.024.530,35	980.557,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		76.022,78	57.942,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-20.128,19	-6.740,10
Investimentos financeiros		-772,33	-808,92
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		954,07	244,47
Juros e rendimentos similares		77,49	129,13
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-19.868,96	-7.175,42
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		56.153,82	50.766,62
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	309.541,01	258.774,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	365.694,83	309.541,01

Oliveira de Azeméis, 9 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

MARIA VIRGÍNIA RESENDE ROSÁRIO

A Direção

CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

Luís Fernando

Luís

José Manuel de Castro

Luís

Luís

CENTRO DE APOIO FAMILIAR PINTO DE CARVALHO
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	3/7	304.564,85	300.284,70
Subsídios, doações e legados à exploração	3/8/12.2	1.237.333,90	1.196.875,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/6	-139.089,55	-161.062,60
Fornecimentos e serviços externos	3/12.3.1	-298.695,74	-303.390,90
Gastos com o pessoal	3/10	-1.046.315,26	-1.003.701,59
Aumentos/reduções de justo valor	3/9.2	18,55	-33,56
Outros rendimentos	3/7/8	102.494,34	109.540,23
Outros gastos	3/12.3.3	-1.173,44	-3.711,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		159.137,65	134.799,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5	-143.619,57	-143.640,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.518,08	-8.840,75
Juros e rendimentos similares obtidos	3/12.3.4	71,10	130,41
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		15.589,18	-8.710,34
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		15.589,18	-8.710,34

Oliveira de Azeméis, 9 de Março de 2018

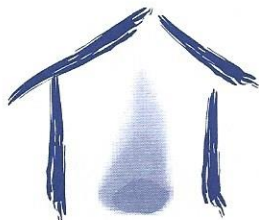
O Contabilista Certificado

MARIA VIRGÍNIA RESENDE ROSÁRIO

A Direção

CENTRO DE APOIO FAMILIAR
 Pinto de Carvalho

João Luís Fonseca de Almeida
 José Manuel de Castro Pinto
 José António Gonçalves de Almeida
 Osvaldo José de Castro



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

2017

Carvalho

Almeida

[Signature]

[Signature]

ANEXO

1 — **Identificação da entidade:**

1.1 – **Designação da Entidade:**

Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho

1.2 – **Sede:**

Rua Padre Manuel José Oliveira 80, 3720- 297 Oliveira de Azeméis

1.3 – **Natureza da Actividade:**

O Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho é uma pessoa coletiva pública de natureza associativa. Esta instituição tem como finalidade atividades de apoio social para crianças e jovens com alojamento (CAE 87901).

2 — **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

2.1 — **Indicação do referencial contabilístico:**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF - ESNL:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF- ESNL;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelo de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelo de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;
- Aviso n.º 6726 - B/2011 - 14 de março - NCRF - ESNL;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Decreto - Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC.



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

2017

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas;

Os valores constantes a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

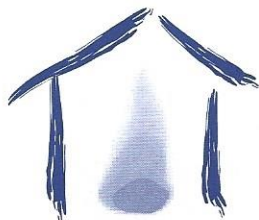
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento



Handwritten signatures and the year 2017.

ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



Handwritten signatures and the year 2017.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL.

o Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em sistema de duodécimos e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por natureza nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

o Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

o Rendimento

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.



Handwritten signatures and the year 2017.

o **Subsídios e outros apoios**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

No caso dos subsídios relacionados com resultado quando os gastos já estejam incorridos ou não existam gastos futuros relacionados, o subsídio recebido deve ser levado aos resultados do período. Se os gastos estão parcialmente incorridos, a parcela relativa ao montante incorrido deve ser levada aos resultados do período e a parcela relativa aos gastos a incorrer deve ser levada a rendimentos diferidos, para ser transferida para resultados na mesma medida em que os gastos sejam incorridos. Caso os gastos não estejam ainda incorridos, o subsídio é levado a rendimentos diferidos pela totalidade, sendo transferido para resultados na mesma medida em que os gastos sejam incorridos.

A entidade considera subsídios não reembolsáveis quando, exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

o **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

Luís
Almeida
2017
[Signature]
[Signature]

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

○ **Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

○ **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base descontada por contrapartida do desreconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito de férias e subsídios de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



2017

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas, bem como utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4 — Fluxos de Caixa:

4.1 — Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	1.085,39 €	1.010,90 €
Depósitos bancários	284.609,44 €	228.530,11 €
Outros depósitos bancários	80.000,00 €	80.000,00 €
Caixa e seus equivalentes	365.694,83 €	309.541,01 €



2017

5 — Ativos fixos tangíveis:

5.1 — Divulgações:

a) Critérios de mensuração usados;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em sistema de duodécimos e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os Ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento transporte	5 anos
Equipamento administrativo	5 a 6 anos



2017
[Handwritten signatures and initials]

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Terrenos e recursos naturais	165.345,60		193.701,22	
Edifícios e outras construções	2.887.459,51	1.869.677,67	2.900.560,76	2.005.359,13
Equipamento básico	164.824,55	155.607,36	169.647,23	159.244,68
Equipamento transporte	184.770,43	182.150,43	184.770,43	184.770,43
Equipamento administrativo	45.355,07	40.177,26	45.355,07	41.858,05
Outros ativos fixos tangíveis	6.958,12	6.958,12	6.958,12	6.958,12
Investimentos em curso	28.000,01	0,00	0,00	0,00
Total	3.482.713,29	2.254.570,84	3.500.992,83	2.398.190,41



2017

e) **Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações;**

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras constr.	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Investim. em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31Dezembro 2016	165.345,60	2.887.459,51	164.824,55	184.770,43	45.355,07	6.958,12	28.000,01	3.482.713,29
Aquisições	355,61	13.101,25	4.822,68					18.279,54
Revalorizações								0,00
Abates / Transferência	28.000,01						-28.000,01	0,00
Saldo em 31 dezembro 2017	193.701,22	2.900.560,76	169.647,23	184.770,43	45.355,07	6.958,12	0,00	3.500.992,83
Depreciações acumuladas								
Saldo em 31Dezembro 2016		1869.677,67	155.607,36	182.150,43	40.177,26	6.958,12		2.254.570,84
Correções Dep. Acumuladas								0,00
Depreciações do período		135.681,46	3.637,32	2.620,00	1.680,79			143.619,57
Abates								0,00
Saldo em 31 dezembro 2017	0,00	2.005.359,13	159.244,68	184.770,43	41.858,05	6.958,12	0,00	2.398.190,41
Valor líquido	193.701,22	895.201,63	10.402,55	0,00	3.497,02	0,00	0,00	1.102.802,42

A rubrica de investimentos em curso evidencia uma diminuição no montante de 28.000,01€, uma vez que, por ter sido formalizada a escritura de compra e venda, aquele valor foi transferido para Ativo fixo tangível – Terrenos.

6 — Inventários

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) **As Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada;**

Os inventários foram mensurados de acordo com o custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.



2017
[Handwritten signatures and initials]

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas;

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários detalham-se conforme segue:

Unidade Monetária: EURO

Inventários	31-12-2017	31-12-2016
Matéria-Prima, Subs. e de Consumo		
Matérias-Primas	3.550,13	4.919,10
Saldo em 31 dezembro 2017	3.550,13	4.919,10

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Unidade Monetária: EURO

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Mercadorias	2017		
		Mat-primas, subs. e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	4.919,10	4.919,10
	Compras	+	137.720,58	137.720,58
	Inventários no fim do período	-	3.550,13	3.550,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	0,00	139.089,55
Ofertas e amostras de inventários		+		
Total		=	0,00	139.089,55

7 — Rendimentos

7.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017		2016	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestação de Serviços	304.564,85	74,81%	300.284,70	73,25%
Total Vendas e Prestação de Serviços	304.564,85	74,81%	300.284,70	73,25%
Juros	71,10	0,02%	130,41	0,03%
Outros Rendimentos	102.494,34	25,17%	109.540,23	26,72%
Total	407.130,29	100,00%	409.955,34	100,00%



2017

8 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

8.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Reditos reconhecidos em	
	2017	2016
Subsídios à exploração	1.237.333,90	1.196.875,15
Subsídios ao investimento	83.281,35	83.281,35
Total	1.320.615,25	1.280.156,50

Os subsídios à exploração foram atribuídos pelo Instituto da Segurança Social, pela Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No subsídio ao investimento o reconhecimento dos rendimentos deve-se essencialmente aos seguintes projetos:

- ✓ CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS
- ✓ FEDER;
- ✓ INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL;
- ✓ PIDDAC; e
- ✓ PIDDAC – 2.

9 — Instrumentos financeiros:

9.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

• Ativos Financeiros

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017			2016		
	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Ativos Financeiros						
Créditos a receber	1.497,50		1.497,50	935,50		935,50
Outros ativos correntes	653,32		653,32	106,39		106,39
Estado e outros entes públicos	2.520,26		2.520,26	2.211,69		2.211,69
Diferimentos	7.467,41		7.467,41	6.358,50		6.358,50
Caixa e Depósitos bancários	365.694,83		365.694,83	309.541,01		309.541,01
Total	377.833,32	0,00	377.833,32	319.153,09	0,00	319.153,09



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

2017

Créditos a receber

O saldo em aberto à data de 31 de dezembro de 2017 é composto pelo seguinte:

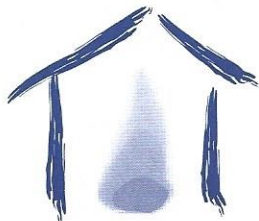
Unidade Monetária: EURO

Utentes	Valor
PRÉ-ESCOLAR	
Laura Soares Coelho	115,00
Bianca Melissa Soares Almeida	56,00
Beatriz Filipa Silva	471,50
Inês Praça da Silva Mendes Rosa	143,00
CRECHE	
Leonardo Liane Lopes França	60,00
Helena Soares Coelho	120,50
CATL	
Lara Liana Lopes França	80,00
Lara Tatiana Soares Almeida	90,00
Rubén André Vasques Oliveira	361,50
Total	1.497,50

Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Outros ativos correntes" apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores		
Pessoal	100,00	100,00
Devedores por acréscimos de rendimentos		6,39
Outros Devedores	553,32	
Total	653,32	106,39



Handwritten signatures and the year 2017.

• **Passivos Financeiros**

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017			2016		
	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Passivos Financeiros						
Fornecedores	0,00		0,00	6.997,40		6.997,40
Estado e outros entes públicos	48.889,67		48.889,67	48.096,67		48.096,67
Outras passivos correntes	157.396,89		157.396,89	151.702,79		151.702,79
Total	206.286,56	0,00	206.286,56	206.796,86	0,00	206.796,86

Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos	157.300,49	151.656,07
Outros credores	96,40	46,72
Total	157.396,89	151.702,79

Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos Por Conta				
Estimativa de imposto				
Retenção na Fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		10.422,25		10.352,03
Imposto sobre o valor acrescentado	2.520,26		2.211,69	
Contribuições para a Segurança Social		38.395,80		37.662,51
Outras Tributações		71,62		82,13
Total	2.520,26	48.889,67	2.211,69	48.096,67



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

2017

9.2 — Instrumentos mensurados ao justo valor:

O montante 1.194,23€ considerado na rubrica ativo não corrente refere-se aos montantes retidos referentes ao Fundo de Compensação, introduzidos pela Lei n.º 70/2013.

O referido montante está mensurado ao justo valor, encontrando-se refletido à data de 31 de dezembro de 2017 a valorização das unidades de participação, conforme divulgação no site do Fundo de Compensação de Trabalho.

9.3 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Unidade Monetária: EURO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	129.017,90			129.017,90
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	205.606,15		8.710,34	196.895,81
Ajust./outras var. nos fundos patrimoniais	1.020.872,00		83.281,35	937.590,65
Total	1.355.496,05		91.991,69	1.263.504,36



2017

10 — Benefícios dos empregados:

10.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano:

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade no exercício de 2017 foi de 70.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remuneração ao pessoal	843.398,71	808.489,17
Encargos sobre remunerações	188.107,86	177.855,61
Indemnizações	2.936,05	1.216,10
Seguros acidentes de trabalho	7.687,79	6.895,24
Outros gastos com pessoal	4.184,85	9.245,47
Total	1.046.315,26	1.003.701,59

10.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro:

Os órgãos diretivos são constituídos por cinco elementos.

- ❖ *Presidente:* José Luís Ferreira da Silva;
- ❖ *Vice-Presidente:* Manuel Carlos Bravo Lima Nunes Delgado;
- ❖ *Secretário:* José Manuel de Castro Pinto;
- ❖ *Tesoureiro:* Joaquim Gonçalves de Almeida; e
- ❖ *Vogal:* Osvaldino de Assunção Costa.

10.3 — Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos:

Durante o ano de 2017, não foram atribuídas quaisquer remunerações aos órgãos diretivos.



[Handwritten signatures]
2017

11 — Acontecimentos após a data do Balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para emissão em 9 de março de 2018.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12 — Outras divulgações:

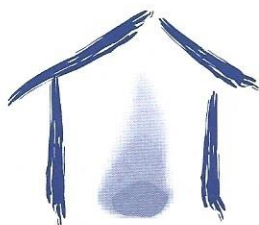
12.1 — Estado

Informa-se que a entidade à data de encerramento do exercício de 2017 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações da Entidade dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

12.2 — Donativos

No ano de 2017, a entidade registou donativos no valor de 146.388,25€, sabendo que o montante de 33.094,81€ corresponde a entradas em dinheiro e o restante o valor de 113.293,44€ em espécie.



2017

12.3 — Outras informações

12.3.1 — A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

FORNECIMENTOS SERVICOS EXTERNOS	2017	2016
Serviços Especializados	146.911,64	135.261,18
Materiais	9.022,18	7.364,58
Energia e fluídos	63.211,80	66.987,47
Deslocações, estadas e transportes	1.135,94	1.083,59
Serviços diversos	34.924,18	43.982,17
Encargos com utentes	43.490,00	48.711,91
Total	298.695,74	303.390,90

12.3.2 — Outros Rendimentos:

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2017	2016
Rendimentos Suplementares	17.104,48	25.212,89
Rend. e Ganhos em Inv. Não Financeiros	955,34	
Correções de Exercícios Anteriores	170,00	751,74
Imputação Subsídios Investimento	83.281,35	83.281,35
Outros	983,17	294,25
Total	102.494,34	109.540,23



12.3.3 — Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Outros Gastos	2017	2016
Impostos		428,85
Dívidas Incobráveis		193,45
Correcções de Exercícios Anteriores	463,44	2.363,83
Quotizações	710,00	725,00
Outros		0,81
Total	1.173,44	3.711,94

12.3.4 — Juros e Outros Rendimentos

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2017	2016
Juros de depósitos	71,10	130,41
Total	71,10	130,41

O Contabilista Certificado

MARIA VIRGÍNIA RESENDE ROSÁRIO

A Direção

João Luís Ferreira dos Reis

José Manuel de Castro Pinto

Frederico Gomes de Almeida

Osvaldo José Costa



CENTRO DE APOIO FAMILIAR
Pinto de Carvalho

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Associados

1. Nos termos das disposições estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho referentes ao exercício de 2017.
2. O Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado os atos de gestão mais relevantes da Instituição. Para o efeito, a Direção e os Serviços do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho prestaram os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório da Direção e completado o exame às contas, tendo verificado a conformidade destas com os livros e registos e com as normas contabilísticas relevantes.
4. Em face do exposto somos do parecer que:
 - a) Podem aprovar o relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração dos Resultados a Demonstração dos Fluxos de Caixa e anexo respeitantes ao exercício de 2017;
 - b) Podem aprovar a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório da Direção.
5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e aos Serviços do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Oliveira de Azeméis, 21 de Março de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal

António Alberto Santos

Primeiro Vogal

António Alberto Santos

Segundo Vogal

Nezária Ferreira Carvalho Soares



Luciano Santos Carvalho, ROC

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da instituição **CENTRO DE APOIO FAMILIAR PINTO DE CARVALHO**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.485.380 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.279.094 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 15.589 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CENTRO DE APOIO FAMILIAR PINTO DE CARVALHO** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



Luciano Santos Carvalho, ROC

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação de informação financeira da entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude e erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Luciano Santos Carvalho, ROC

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira de Azeméis, 23 de março de 2018.

Luciano dos Santos Carvalho, Roc nº 969